

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3567/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 11ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Grazia Strobel da Silva Gaifatto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 18 a 22.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Suzi Lucia Silvestre da Cruz D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3568/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 12º Promotor de Justiça de Campo Grande, Rodrigo Yshida Brandão, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca no período de 18 a 22.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Suzi Lucia Silvestre da Cruz D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3566/2022-PGJ, DE 18.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2818/2022-PGJ, de 14.6.2022, que concedeu férias regulamentares ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, de forma que, onde consta: “período aquisitivo 2020/2021”; passe a constar: “período aquisitivo 2021/2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3569/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 18º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 19 a 22.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3179/2022-PGJ, DE 28.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 20.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005783-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3571/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina no período de 15 a 22.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3588/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 6 (seis) dias de compensação nos períodos de 23 a 25.8 e 30.8 a 1º.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 13 a 20.1 e 16 a 23.11.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3589/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 29.8.2022, referente ao feriado forense de 20.12.2014 a 6.1.2015, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3572/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Leonardo de Faria, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23 a 29.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3276/2022-PGJ, DE 4.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00005731-0):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Douglas Silva Teixeira	2014/2015	Remanescentes	3	28.7 a 18.8.2022
	2015/2016	Remanescentes	3	
	2017/2018	Remanescentes	6	
	2021/2022	Remanescentes	10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3573/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Zona Eleitoral no período de 15 a 29.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3586/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjian Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 50ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 19 a 22.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin; e revogar, a partir de 19.7.2022, a Portaria nº 3084/2022-PGJ, de 24.6.2022, que designou a Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3587/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcelo Ely 5 (cinco) dias de compensação no período de 21 a 25.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 24 a 31.7.2017 e 12 a 19.2.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3590/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 5 (cinco) dias de compensação no período de 1º a 5.8.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 24.10.2021 e 7.1.2022 e no período de 17 a 19.12.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2891/2022-PGJ, DE 20.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00005003-9):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Claudio Rogerio Ferreira Gomes	2018/2019	Remanescentes	6	11 a 26.7.2022
	2021/2022	Regulamentares	10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3591/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 8ª Vara do Juizado Especial (Unidade 1) – Justiça Itinerante – da referida Comarca no dia 20.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3592/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 55º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 8ª Vara do Juizado Especial (Unidade 1) – Justiça Itinerante – da referida Comarca no dia 21.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3159/2022-PGJ, DE 28.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 1º a 10.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004851-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3622/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 17 a 21.10.2022, referentes ao recesso forense de 20 a 31.12.2000, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3623/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 8 a 17.7.2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3596/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Inocência, no julgamento dos Autos nº 0000570-72.2017.8.12.0036, no dia 26.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3599/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjian Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal, Gaep, no período de 18 a 22.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3619/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 5 (cinco) dias de compensação no período de 8 a 10.8.2022 e nos dias 20 e 21.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 1º a 8.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3152/2022-PGJ, DE 28.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias remanescentes ao Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 1º a 10.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005132-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3621/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 18 a 25.4.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3624/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcelo Ely férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 28.11 a 17.12.2022, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 1º a 10.8.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3625/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar os Autos nºs 06.2021.00000731-6, 06.2022.00000536-6, 01.2022.00003232-0, 01.2022.00003233-0, 01.2022.00004231-7, 01.2022.00004361-6, 01.2022.00004385-0, 01.2022.00004453-7, 01.2022.00004748-9, 01.2022.00004823-3 e 01.2022.00004947-6, em trâmite na 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3153/2022-PGJ, DE 28.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias remanescentes ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 28.7 a 6.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005087-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3627/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça abaixo indicados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores Suplentes no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial (Caocrim), conforme quadro abaixo, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1437/2020-PGJ, de 4.5.2020, na parte que designou os suplentes:

1º SUPLENTE	2º SUPLENTE
Gerardo Eriberto de Moraes	Silasneiton Gonçalves

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3628/2022-PGJ, DE 20.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Maracaju, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Brasilândia nos dias 20 e 21.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3640/2022-PGJ, DE 20.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 21ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da referida Comarca no período de 19 a 26.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3150/2022-PGJ, DE 28.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00004730-1):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Marcos Antonio Martins Sottoriva	2021/2022	Regulamentares	10	11.7 a 9.8.2022
	1997/1998	Remanescentes	9	
	2010/2011	Remanescentes	4	
	2015/2016	Remanescentes	1	
	2019/2020	Remanescentes	6	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3641/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Andre Luiz de Godoy Marques para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça de Sete Quedas no período de 18 a 20.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3642/2022-PGJ, DE 20.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Substituta Janaina Scopel Bonatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 20ª Zona Eleitoral no período de 18 a 20.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3643/2022-PGJ, DE 20.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 21ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Vara do Juizado Especial Central (1) da referida Comarca, a partir de 27.7.2022, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3274/2022-PGJ, DE 4.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 2431/2022-PGJ, de 25.5.2022, que indeferiu 10 (dez) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, de forma que, onde consta: “11 a 20.7.2022”, passe a constar: “18 a 27.7.2022” (PGA nº 09.2022.00004583-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3645/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, no interesse do serviço, o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 22.7.2022, até ulterior deliberação, nos termos do artigo 19 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3648/2022-PGJ, DE 20.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 44ª Zona Eleitoral nos dias 21 e 22.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger; e revogar, a partir de 21.7.2022, a Portaria nº 2970/2022-PGJ, de 21.6.2022, que indicou o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3626/2022-PGJ, DE 19.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a servidora Thaís da Silva Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, representar o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul nas providências necessárias perante os órgãos municipais, estaduais e federais, com relação a assuntos de engenharia e arquitetura, podendo assinar pelo órgão ministerial as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e os Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-881/2022/PGJ, DE 20.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	22 a 31.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-886/2022 - PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Suzi Lucia Silvestre da Cruz D' Angelo 5 (cinco) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 18 a 22.7.2022, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-890/2022 - PGJ, DE 20.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Fabricio Secafen Mingati 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 29.7.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-882/2022/PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Fabrícia Christina da Silva Santos Antônio, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.12.2022 e de 27.2 a 8.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-883/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-376/2022-PGJ, de 26.4.2022, que concedeu férias à servidora Thayna Arruda de Souza e Silva, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.9.2022 e de 9 a 18.1.2023", passe a constar: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 6 a 25.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-884/2022/PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Eliane Angelina Simões Moreira Só e Silva, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 28.9 a 7.10.2022 e de 21 a 30.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.9.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-885/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rafael Cezar Cavaretto, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.10.2022 e de 30.11 a 9.12.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-887/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Francislene de Souza Guerreiro, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.1.2023 e de 20 a 29.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.11 a 7.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-888/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-927/2021-PGJ, de 13.8.2021, que concedeu férias à servidora Francislene de Souza Guerreiro, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 17 a 26.11.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 16 a 25.11.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-889/2022/PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Bruno de Abreu Cáceres, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 13.10 a 1.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.9.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-891/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Nathan Felipe Costa de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.11.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.9.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-892/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1248/2021-PGJ, de 28.10.2021, que concedeu férias ao servidor Jonathas Santos de Oliveira, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 14 a 23.7.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-896/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1683/2021-PGJ, de 14.12.2021, que concedeu férias à servidora Auriely Ramirez Abadie, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 8 a 17.9.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 21 a 30.11.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-897/2022/PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-20/2022-PGJ, de 17.1.2022, que concedeu férias ao servidor Lucas Akayama Vilhagra, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 12 a 21.9.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 5 a 14.9.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-901/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1654/2021-PGJ, de 8.12.2021, que concedeu férias à servidora Elisman da Costa Vargas, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 8 a 17.9.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 9 a 18.1.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-902/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-867/2022-PGJ, de 18.7.2022, que concedeu férias à servidora Arielle Silva Steiner, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 1º a 10.8.2023 com a conversão de um terço das férias em abono pecuniário", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 5 a 14.9.2022 com a conversão de um terço das férias em abono pecuniário", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-903/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-69/2022-PGJ, de 27.1.2022, que concedeu férias ao servidor Israel Ribeiro de Souza, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 5 a 24.9.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 7 a 26.11.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-906/2022/PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1394/2021-PGJ, de 10.11.2021, que concedeu férias ao servidor Vanoni Torraca Júnior, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas no período de 4 a 13.7.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas no período de 21 a 30.11.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-913/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1015/2021-PGJ, de 9.9.2021, que concedeu férias à servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 18 a 27.7.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 15 a 24.8.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-918/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-455/2022-PGJ, de 13.5.2022, que concedeu férias à servidora Isabela Stefanos Pacheco, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 7 a 16.12.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 8 a 17.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-919/2022/PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1047/2021-PGJ, de 14.9.2021, que concedeu férias à servidora Fabiola Marcia Shimabukuro, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 18 a 27.7.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-920/2022/PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-660/2021-PGJ, de 17.6.2021, que concedeu férias ao servidor Jean Augusto Fialho Ajala, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 1º a 10.8.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 14 a 23.9.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 2022.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expedientes:**

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí: Requerimento subscrito pela 1ª Promotora de Justiça da comarca de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, atualmente em gozo de licença para frequentar curso de mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestranda em Direitos Humanos do ano letivo 2021/2022, vem apresentar relatório sobre as atividades exercidas de março a junho de 2022, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 8º da Resolução 001/2016-CSMP, de 20 de setembro de 2016. (*Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00001333-3*).

Retirado de pauta.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul: Requerimento subscrito pela 2ª Promotora de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, atualmente em gozo de licença integral para frequentar programa de mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestranda em Direitos Humanos do ano letivo 2022/2023, vem, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 8º da Resolução 001/2016-CSMP, apresentar relatório sobre as atividades exercidas no primeiro trimestre de afastamento, de março a junho de 2022. (*Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002475-2*).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, conheceu do requerimento subscrito pela Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, sem ressalvas.

7.1.2. Promoções:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005507-8.**

Expediente: Aviso nº 28/2022/CSMP, 1º.6.2022, publicado no DOMPMS nº 2.679, de 2.6.2022.

Assunto: Promoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Iguatemi, segunda entrância.

Relator-Conselheiro: Gerardo Eriberto de Moraes.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça, o nome do Promotor de Justiça Fábio Adalberto Cardoso de Moraes para promoção, pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi, segunda entrância, nos termos do voto do Relator, e ainda concordou que sua promoção seja efetivada na Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado, em que é titular, com base no art. 81, §1º da Lei Complementar nº 72/94.

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005509-0.**

Expediente: Aviso nº 29/2022/CSMP, 1º.6.2022, publicado no DOMPMS nº 2.679, de 2.6.2022. Assunto: Promoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Cassilândia, segunda entrância.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, para promoção pelo critério de antiguidade para a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia, segunda entrância, e ainda, concordou que sua promoção seja efetivada na Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, em que é titular, com base no art. 81, §1º da Lei Complementar nº 72/94.*

7.2. Julgamento de Inquérito Civil:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001420-9.**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim. Requerente: Ministério Público Estadual. Requerido: Município de Coxim, Aluizio Cometki São José e Carlos Oliveira Rezende. Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da suposta inércia das autoridades do Município de Coxim em efetivar a necessária manutenção da ponte sobre o Córrego Figueira, mesmo cientes de seu estado de precariedade, o que acarretou acidente com a morte de três pessoas no ano de 2014.

Relator-Conselheiro Aroldo José de Lima.

Deliberação: *Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, de acordo com o voto divergente da Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, nomeada como revisora, ficando determinada a remessa dos autos à revisora para apresentação do voto escrito, com a respectiva ementa. O Conselheiro-Relator Aroldo José de Lima aderiu ao voto divergente.*

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE JULHO DE 2022.

6. Ordem do dia:**6.1. Matéria Administrativa:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006681-0**

Expediente: Aviso nº 3/2022/PGJ, de 1º.7.2022, publicado no DOMPMS nº 2.698, em 4.7.2022.

Assunto: Eleição para composição da Comissão do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no cargo de Promotor de Justiça Substituto.

Inscritos: Promotores de Justiça Antonio André David Medeiros, Fernando Martins Zaupa, Eduardo Franco Cândia, Luiz Antonio Freitas de Almeida, Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, Ana Cristina Carneiro Dias, Thalys Franklyn de Souza, Adriano Lobo Viana de Resende, Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro, Clarissa Carlotto Torres, Leonardo Dumont Palmerston e Paulo Leonardo de Faria.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, elegeu os Promotores de Justiça Antonio André David Medeiros, Fernando Martins Zaupa, Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, Ana Cristina Carneiro Dias, Thalys Franklyn de Souza, Adriano Lobo Viana de Resende e Clarissa Carlotto Torres como membros titulares e Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro, Leonardo Dumont Palmerston e Paulo Leonardo de Faria como suplentes para compor a Comissão do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no cargo de Promotor de Justiça Substituto.*

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 59/2022-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública as manifestações dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 46/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.689 de 21.06.2022, que optaram pela **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionado em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 001/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.570, de 03 de dezembro de 2021.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
Estefani Almeida De Oliveira	Camapuã	Pós-graduação
Fernanda Teles Cárdena (N)	Campo Grande	Pós-graduação
Charley Maximilian Da Silva Colvara	Campo Grande	Pós-graduação
Bruna Dos Santos Romin	Campo Grande	Pós-graduação
Joana Alves Pereira (N)	Campo Grande	Pós-graduação
Heloisa Polacchine Leite	Campo Grande	Pós-graduação
Caroline Lauren Andrade Rodrigues	Campo Grande	Pós-graduação
Livia Midori Teruya Leite	Jardim	Pós-graduação

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

HELEN NEVES DUTRA DA SILVA

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito em Substituição

AVISO Nº 60/2022-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 46/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.689, de 21.06.2022.

CANDIDATO	COMARCA	NÍVEL
Bianca Souza Lopes da Silva	Campo Grande	Pós-graduação
Giovanna Rosalino De Resende	Campo Grande	Pós-graduação
Juliana Vieira Torres	Campo Grande	Pós-graduação

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

HELEN NEVES DUTRA DA SILVA

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito em Substituição

**AVISO Nº 61/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que a candidata aprovada no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocada por meio do Aviso nº 58/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.698, de 04.07.2022, manifestou opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiária, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionada em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
FLAVIA CALAZAN BENITES	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

HELEN NEVES DUTRA DA SILVA

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito em substituição

AVISO Nº 62/2022-GED**XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 58/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.698, de 04.07.2022.

CANDIDATO(S)	COMARCA	NÍVEL
DAVID WAGNER MACHADO BRITO FERNANDES	Campo Grande	Graduação
ISABELA AZAMBUJA DE SOUZA	Dourados	Graduação

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

HELEN NEVES DUTRA DA SILVA

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito em substituição

**AVISO Nº 63/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público o indeferimento do credenciamento da candidata aprovada no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo indicada, convocada por meio do Aviso nº 58/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.698, de 04 de julho de 2022, tendo em vista o item 7.2.4 do EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS e o Artigo 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010.

CANDIDATO	COMARCA	NÍVEL
MARIA APARECIDA BOGADO LUCAS	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

HELEN NEVES DUTRA DA SILVA

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito em substituição

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/PGJ/2022****PROCESSO Nº 09.2022.00002452-0****UASG - 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 19/PGJ/2022 (Processo nº 09.2022.00002452-0).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços, de natureza continuada e com mão de obra residente, para a coleta, transporte e entrega urgentes de volumes e encomendas, disponibilizando funcionários (motoboys), motocicletas, equipamentos e demais insumos necessários para execução dos serviços, em caráter de exclusividade, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul nos edifícios-sede localizados nas comarcas de Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Dourados/MS e Três Lagoas/MS.

-Abertura das propostas: dia 04 de agosto de 2022, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: www.gov.br/compras/

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 21 de julho de 2022, por meio dos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/ ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 13h00min às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 19/07/2022:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Josiane Sanches de Mamann Zillo e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Luiz Fernando Koyanagi e Emerval Carmona Gomes;
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2022****PROCESSO Nº PGJ 10/1705/2021****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a **Homologação** do resultado e a regularidade da licitação **Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2022** (Processo nº PGJ 10/1705/2021).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (açucareiro, bandeja, chaleira, copo de vidro etc.), visando atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Vencedoras/Preços Registrados: **YOUSSEF AMIM YOUSSEF** para os itens **1** (R\$ 7,15), **2** (R\$ 45,90), **3** (R\$ 81,00), **5** (R\$ 98,78), **7** (R\$ 98,78), **8** (R\$ 2,00), **9** (R\$ 5,50), **10** (R\$ 4,18), **11** (R\$ 4,95), **12** (R\$ 40,00), **13** (R\$ 54,77), **15** (R\$ 4,00), **16** (R\$ 2,00), **17** (R\$ 67,00), **18** (R\$ 31,00), **20** (R\$ 57,00), **22** (R\$ 9,35), **24** (R\$ 6,50), **25** (R\$ 14,00) e **27** (R\$ 10,46); **TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA** para o item **19** (R\$ 1,56); **FENIX BRASIL - COMPRA, VENDA, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI** para os itens **14** (R\$ 3,00) e **26** (R\$ 13,00); **OMEGA PRODUTOS E SERVICOS EIRELI** para o item **21** (R\$ 47,00); e **SABIA E ROCHA LTDA** para o item **6** (R\$ 3,65).

Não foram registrados preços para os itens 4 e 23.

Campo Grande, 20 de julho de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 30/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00002859-2

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Conselho Tutelar Centro de Dourados, representado por sua Coordenadora, Nazareti de Almeida Lopes Leguizamon

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 27 de junho de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Mesa	1
TOTAL DE ITEM		1

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE003209 DE 18.07.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00006897-3**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Claudemir Aires Vicente.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 29/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de água mineral, para atender às sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, localizadas nesta Capital.

Valor: R\$ 2.562,30 (dois mil quinhentos e sessenta e dois reais e trinta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE003209 de 18.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE003211 DE 18.07.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00006888-4

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Claudemir Aires Vicente.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 29/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de água mineral, para atender às sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, localizadas nesta Capital.

Valor: R\$ 3.136,80 (três mil cento e trinta e seis reais e oitenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE003211 de 18.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/PGJ/2017

Processo: PGJ/10/1454/2017

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- OI S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por **Raul Luiz Martins Peregrino e Rosalvo Oliveira Silva Junior**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 186/2016, proveniente do Pregão Eletrônico nº 592/2015 do Governo do Estado de Rondônia (Processo Administrativo nº 01-1109.00541-00/2015).

Amparo legal: Artigo 57, §4º, e artigo 65, §8º, ambos da Lei 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 5 (cinco) meses, e o reajuste do valor contratual, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

Valor total anual: R\$ 1.004.605,64 (um milhão quatro mil seiscentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

Vigência: 20.07.2022 a 20.12.2022.

Data de assinatura: 19 de julho de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00003764-7

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- MANÁ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., representada por **Crhys Abreu de Brito**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral, para atender às sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas na comarca de Dourados.

Valor estimado anual: R\$ 22.320,00 (vinte e dois mil trezentos e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE003072, datada de 07.07.2022.

Vigência: 14.07.2022 a 14.07.2023.

Data de assinatura: 14 de julho de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00005448-0

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- TORINO INFORMÁTICA LTDA, representado por **Rodrigo do Amaral Rissio**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 123/2021, do Pregão Eletrônico nº 092/2021 - Processo (Gedoc) nº 20.14.0001.0005313/2021-47, oriundo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, cominada com a Lei nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Aquisição de monitores de vídeo para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 897.750,00 (oitocentos e noventa e sete mil setecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2022NE000397, datada de 11.07.2022.

Vigência: 20.07.2022 a 20.07.2023.

Data de assinatura: 20 de julho de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****CASSILÂNDIA****EDITAL Nº 0013/2022/02PJ/CLA****EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia – MS, com atuação na Defesa do Meio Ambiente, torna público a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2021.00000266-5, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP e encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – CassilândiaMS, bem como poderá ser acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Compromissários: Wender Leonel da Paz, Sergilio Leonel da Costa e Julinda Teodoro da Paz Costa

Assunto: Apurar a degradação ambiental de 1,00 hectare em área de vegetação nativa e área de preservação permanente – APP (curso d'água), na Fazenda Santo Expedito, em Cassilândia, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares de nº 026/2 PEL/3ª CIA BPMA/2020.

Obrigações: Os compromissários se comprometem a dar cumprimento a todas as cláusulas do Título III (das obrigações) do TAC celebrado.

Cassilândia-MS, 19 de julho de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0014/2022/02PJ/CLA**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia – MS, com atuação na Defesa do Meio Ambiente, torna público a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00000981-0, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP e encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – CassilândiaMS, bem como poderá ser acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Compromissários: Vanderlei Pasini

Assunto: Apurar desmatamento em área de Savana Florestada, na Fazenda Ano 2000, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

Obrigações: O compromissário se compromete a dar cumprimento a todas as cláusulas do Título III (das obrigações) do TAC celebrado.

Cassilândia-MS, 19 de julho de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2022/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006977-2, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006977-2

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Wender Leonel da Paz e Sergilo Leonel da Costa

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n.06.2021.00000266-5.

Cassilândia-MS, 19 de julho de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0016/2022/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006975-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006975-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Vanderlei Pasini

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n.06.2020.00000981-0.

Cassilândia-MS, 19 de julho de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

COSTA RICA**EDITAL N. 0004/MPE/2ªPJCR/2022.**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJ MP Nº. 09.2022.00007132-3. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consulta.procedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo SAJ MP Nº 09.2022.00007132-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fabio Souza Garcia

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de termo de ajustamento de conduta celebrado com o requerido Fabio de Souza Garcia nos autos do Procedimento Preparatório SAJ MP Nº 06.2022.00000743-1.

Costa Rica/MS, 20 de julho de 2022.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD

Promotor de Justiça



SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0008/2022/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000376-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Zelio Antônio Pessato.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do dano em Área de Preservação Permanente por ampliação da largura e profundidade de rego d'água e depósito de sedimentos, na Fazenda Capivara, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 007/2º PEL PMA – São Gabriel do Oeste.

São Gabriel do Oeste, MS, 18 de julho de 2022.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL N.º 0015/2022/03PJ/SDN

A 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS torna pública a expedição de Recomendação Administrativa referente ao Procedimento Administrativo abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

RECOMENDAÇÃO N.º 09.2022.00002073-4

Autos nº. 0001/2022/03PJ/SDN

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sidrolândia

Objeto: Acompanhamento de Atividades / Resultados

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, apresentado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹:

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, a seus direitos fundamentais (artigo 227, caput, da Constituição da República de 1988 e artigos 4º, 5º, 13, 130 e 245, todos da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça esta proteção, dispondo que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (artigo 5º, da Lei n. 8.069/90);

¹ I Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.



CONSIDERANDO que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (artigo 18, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que é dever dos profissionais que atendem vítimas crianças e adolescentes adotar medidas para antecipar, limitar e reduzir o número de entrevistas e declarações, dando efetividade aos princípios da intervenção precoce e da intervenção mínima (artigo 100, parágrafo único, incisos VI e VII, da Lei n. 8.069/90) e demais direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.431, de 4 de Abril de 2017, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), prevendo a realização da escuta especializada, que é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com a criança ou adolescente perante o órgão da rede de proteção, e o depoimento especial, que é o procedimento de oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária (artigos 7º e 8º da Lei n. 13.431/2017);

CONSIDERANDO que a referida lei determina a integração entre os órgãos que executam as políticas de atendimento de crianças e adolescentes, trazendo obrigações nas áreas de saúde, assistência social, segurança pública e Justiça, prevenindo a violência institucional e a revitimização;

CONSIDERANDO que o poder público poderá criar programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atenção e atendimento integral e interinstitucional às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, compostos por equipes multidisciplinares, contando com delegacias especializadas, serviços de saúde, perícia médico-legal, serviços socioassistenciais, entre outros, e deverão estabelecer parcerias em caso de indisponibilidade de serviços de atendimento;

CONSIDERANDO que a integração entre os órgãos que executam as políticas públicas de atendimento, na forma prevista pela Lei n. 13.431/2017, concretiza-se através da implementação de serviço de atendimento articulado, que deverá ser dotado de recursos materiais e humanos necessários ao adequado atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência;

CONSIDERANDO a necessidade de que haja acolhimento em serviços de referência, de espaço de escuta qualificada e privacidade para propiciar ambiente de confiança e respeito à vítima (artigo 2º, I, II e III do Decreto Presidencial acima citado);

CONSIDERANDO que a violência sexual é uma das piores formas de violência contra a criança e o adolescente e que, conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (artigo 227, § 4º);

CONSIDERANDO que os casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes são cada vez mais notificados pela população em geral às autoridades públicas, na busca da responsabilização prevista no citado artigo 227, § 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de instalação do serviço de atendimento integrado em equipamento da área de saúde municipal, que funcione, de preferência, ininterruptamente, a fim de garantir o pronto atendimento das crianças e adolescentes vítimas, especialmente nos casos de emergência;

CONSIDERANDO o documento “Linha de Cuidado para a Atenção Integrada à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência - Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde”, publicado pelo Ministério da Saúde em 2010, que busca articular a produção do cuidado desde a atenção primária até o mais complexo nível de atenção, exigindo ainda a interação com os demais sistemas para a garantia de direitos, proteção e defesa de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO, nesse contexto, o disposto no Decreto Presidencial n. 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e atuação integrada entre os profissionais da área de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS);



CONSIDERANDO a Portaria n. 528 do Ministério da Saúde, de 1º de abril de 2013, que define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), determinando que os serviços de referência funcionem ininterruptamente, ou seja, em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia e nos 7 (sete) dias da semana (artigo 10);

CONSIDERANDO que o Decreto n. 9.603/2018, que regulamentou a Lei n. 13.431/2017, dispôs em seu artigo 9º acerca da criação de um comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê, fixando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para sua efetiva criação;

CONSIDERANDO que foi concedido o prazo de 180 (cento e oitenta dias), contado da data de publicação do Decreto n. 9.603/18, para a instituição, em âmbito municipal, do comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê (art. 9º);

CONSIDERANDO que as informações colacionadas demonstram a necessidade de o município adequar seus órgãos, programas, estruturas e orçamento às disposições da legislação federal relativa à política de atendimento dos direitos da infância e juventude, nos moldes do previsto nos artigos 88, inciso I, e 259, parágrafo único, ambos da Lei n. 8.069/90, para que seja atingida a finalidade da Lei n. 13.431/17 e do Decreto n. 9.603/18;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5º e 44 que “a Recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”; e

RECOMENDA ao Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Sidrolândia e a Prefeita Municipal de Sidrolândia a adoção das seguintes providências:

1) Instituir, no prazo de 30 (trinta) dias, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por Resolução, o Comitê de Gestão Colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme previsto no Decreto n. 9603/18; (sugestão de modelo de Resolução CMDCA criando o comitê no anexo);

2) Elaborar, em parceria com o Comitê de Gestão Colegiada, e aprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias após a instituição do Comitê, com a devida publicação nos órgãos oficiais competentes, o Plano Municipal Decenal destinado à prevenção, ao enfrentamento e ao atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas mais variadas formas, com ênfase para os casos de abuso e exploração sexual, compreendendo ações integradas desenvolvidas pelos mais diversos setores da administração, com a mais absoluta prioridade, em respeito ao disposto no art.4º, caput e par. único, da Lei n. 8.069/90 e art.227, caput, da Constituição Federal;

2.1) Dentre outras ações e programas, o referido Plano Municipal deverá contemplar:

a) A elaboração e implementação, nas escolas e unidades de saúde, públicas e privadas, em funcionamento no município, de uma “Ficha de Notificação Obrigatória” dos casos em que há mera suspeita da prática de violência contra crianças e adolescentes, a ser preenchida e encaminhada às autoridades competentes pelos profissionais da educação e saúde, nos moldes do previsto nos artigos 13 e 56, inciso I, da Lei n. 8.069/90;

b) A criação de protocolos, fluxos e/ou sistemas de atenção e/ou atendimento, com enfoque intersetorial, de modo a prevenir a revitimização institucional das crianças e adolescentes, sendo que os atendimentos deverão ser de forma articulada, evitando superposição de tarefas, mediante priorização da cooperação entre os órgãos, serviços, programas e equipamentos;

c) A oferta de formação continuada aos dirigentes, equipes técnicas e funcionários das entidades de acolhimento de crianças e adolescentes da rede própria e conveniada, na perspectiva de identificação de casos suspeitos de violência e atendimento das vítimas inseridas no programa respectivo;

d) A oferta de formação continuada aos trabalhadores da Saúde, Assistência Social e Educação, no âmbito das notificações e atendimento de situações de violência;



e) A coleta e a sistematização de dados relativos à violência contra crianças e adolescentes, com o monitoramento permanente dos programas e ações desenvolvidas e a reavaliação periódica de sua efetividade;

f) A oferta de programas e serviços destinados ao atendimento dos pais/responsáveis pelas crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, inclusive aqueles correspondentes às medidas relacionadas nos artigos 18-B e 129, incisos I a IV, da Lei n. 8.069/90.

3) Providenciar o remanejamento dos recursos orçamentários que se fizerem necessários junto ao orçamento municipal para o custeio das ações e programas que demandem execução imediata, observadas as disposições da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e outros comandos legais e constitucionais que regem os gastos públicos;

4) Encaminhar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 70 (setenta) dias, o Plano Municipal, com o CRONOGRAMA de implementação das ações, programas e serviços nele previstos, sem prejuízo da implementação, desde logo, das ações que demandem mera adequação dos programas e serviços já existentes sem aumento de despesa, bem como remanejamento de pessoal e outras iniciativas relacionadas à articulação e integração operacional de órgãos governamentais, com ênfase para:

a) A instituição, em caráter formal, por meio de Resolução do CMDCA ou Decreto da Prefeita Municipal, da “rede de proteção” à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência, composta pelos diversos órgãos públicos corresponsáveis pelo atendimento desta demanda, com a elaboração de regimento interno, definição de calendário de reuniões e fornecimento de todo suporte administrativo necessário para seu funcionamento;

b) A criação, no âmbito da “rede de proteção”, do “Serviço de Recebimento e Monitoramento de Denúncias”, a que alude o artigo 13, caput, da Lei n. 13.431/2017, com a definição de suas atribuições específicas.

Sidrolândia (MS), 04 de julho de 2022.

BIANKA M. A. MENDES
Promotora de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0020/2022/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2021.00001515-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na compra de combustível pelo Município de Terenos/MS.

Terenos/MS, 18 de julho de 2022.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0021/2022/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2022.00000710-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível irregularidade praticada por cidadãos acampados na margem da estrada minicipal que dá acesso à Reserva Canindé.

Terenos/MS, 18 de julho de 2022.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça